

RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.884 - SP (2014/0241793-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA - SP082402
ARNOR SERAFIM JUNIOR E OUTRO(S) - SP079797
PATRICIA TAKAHASHI - SP299191
RECORRIDO : IRENE VICENCOTO RIBAS
ADVOGADOS : ROGÉRIO MILANESI DE MAGALHÃES CHAVES E OUTRO(S) -
SP277971
SANDRO CARLOS BALARIN - SP309909

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO DO BRASIL S.A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL - Ao desembargador é permitido proferir decisão monocrática, cuja matéria é de entendimento consolidado na turma julgadora e no Superior Tribunal de Justiça - Inteligência do § 1º-A, do artigo 557 do Código de Processo Civil - Prequestionamento - Menção explícita aos artigos legais - Desnecessidade - Recurso improvido." (fl. 121)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 543-C, 219, 267, VI, 535, II, 568 do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) negativa de prestação jurisdicional, (b) a afetação de determinada matéria ao rito dos recursos repetitivos implica a suspensão das demandas pertinentes, nas instâncias ordinárias e (c) os efeitos subjetivos da sentença coletiva são restritos aos beneficiários com residência no âmbito de competência territorial do juízo sentenciante.

Contrarrazões apresentadas às fls. 171/175.

É o relatório.

As teses relativas à necessidade de suspensão do feito e aos efeitos subjetivos da sentença coletiva não foram debatidas pelo Órgão colegiado do TJSP, uma vez que o acórdão proferido em sede de agravo de instrumento limitou-se a ratificar a decisão singular do relator, sem emitir juízo fundamentado a respeito dessas matérias. O apelo especial,

portanto, atrai o óbice da Súmula n. 211/STJ - enunciado ainda incidente sobre os recursos regidos pelo CPC/73.

A rigor, o caso encera nítida omissão do órgão colegiado do Tribunal de origem, porquanto, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, recusou-se a emitir julgamento fundamentado das matérias de mérito da controvérsia. Caberia à instituição financeira, pois, interpor, de modo adequado, o recurso especial fundado na alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, indicando a negativa de prestação jurisdicional.

No entanto, embora as razões do apelo indiquem a violação ao referido dispositivo legal, **deixaram** de apontar, especificamente, quais teses, matérias ou argumentos teriam sido objeto da omissão. Logo, ante a arguição genérica de omissão do TJSP, o conhecimento dessa parte do recurso especial fica obstado pela Súmula n. 284/STF, por analogia, conforme entendimento sedimentado por esta Corte Superior. Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator